



Volume 15

e81641

14 de outubro de 2021

O adoecimento docente na rede pública municipal de educação de São Paulo

Teaching illness in the municipal public education system of São Paulo

La enfermedad de los docentes en lo sistema municipal de educación pública de São Paulo

Maria Angélica Pedra Minhoto¹

Alessandra Mirna Vitorino²

Karen Cristina Sobral Bock³

Citação: MINHOTO, M. A. P.; VITORINO, A. M.; BOCK, K. C. S. O adoecimento docente na rede pública municipal de educação de São Paulo. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 15, e81641. Outubro de 2021.



<http://10.5380/jpe.v15i0.81641>

Resumo: Este artigo discute o adoecimento docente na Rede Pública Municipal de São Paulo, por meio de revisão bibliográfica, de dados quantitativos disponibilizados publicamente no portal da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME- SP) e de consultas feitas no sistema e-sic ligado ao Portal da Transparência, inserindo-o no âmbito de estudos sobre o fenômeno em diversas partes do Brasil e do mundo. Discute a amplitude deste fenômeno na rede em questão, suas possíveis causas e consequências, assim como o tratamento atual deste problema pela SME-SP.

Palavras-chave: Saúde e Adoecimento docente; Rede Municipal de Educação de São Paulo; Condições de trabalho docente; Absenteísmo docente.

Resumen: Este artículo analiza la enfermedad de docentes en lo Sistema Público Municipal de São Paulo, a través de una revisión de literatura, datos cuantitativos públicamente disponibles en el portal de la Secretaría Municipal de Educación de São Paulo (SME-SP) y consultas realizadas en el sistema e-sic

¹ Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH-Unifesp). São Paulo, SP. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8872-493X>. E-mail: mminhoto@gmail.com

² Mestre em Educação e Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo, SP. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3907-531X>. E-mail: alessandramirna@yahoo.com.br

³ Pedagoga, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unifesp e Diretora da Rede Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo, SP. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3256-3532>. E-mail: sobralka@gmail.com

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Portal de Transparencia, ubicándolo en el ámbito de estudios sobre el fenómeno en diferentes partes de Brasil y del mundo. Se analiza la extensión de este fenómeno en el sistema en cuestión, sus posibles causas y consecuencias, así como el tratamiento actual de este problema por parte de la SME-SP.

Palabras-clave: La salud y la enfermedad de los docentes; Sistema Municipal de Educación de São Paulo; Condiciones de trabajo docente; Ausentismo docente.

Abstract: This article discusses teacher illness in the Municipal Public System of São Paulo, through a literature review, quantitative data publicly available on the website of the São Paulo Municipal Education Secretariat (SME-SP) and consultations made in the e-sic linked system to the Transparency Portal, placing it in the scope of studies on the phenomenon in different parts of Brazil and the world. It discusses the extent of this phenomenon in the education system in question, its possible causes and consequences, as well as the current treatment of this problem by the SME-SP.

Keywords: Teaching Health and Illness; Municipal Education System of São Paulo; Teaching work conditions; Teaching absenteeism.

Introdução

A cidade de São Paulo tem a maior rede municipal de educação do país (IBGE, 2021). Tem também um dos maiores percentuais de professores(as) com formação superior, aproximadamente 97% (SÃO PAULO, 2021). A carreira é regida pelo Estatuto do Magistério Municipal, que assegura plano de carreira com progressão por tempo de serviço e títulos e garantia de concursos públicos periódicos para provimento das profissionais do magistério, sendo esta a principal forma de contratação de docentes da rede, como constata Camargo, Jacomini e Minhoto (2014). Também estão garantidos horário de trabalho pedagógico remunerado e formação continuada. O piso salarial, em março de 2021, para a jornada de 40 horas/aula (h/a) semanais do(a) professor(a) com Ensino Superior completo é de R\$3.832,37. Esse valor é 32,8% superior ao piso nacional, atualmente de R\$2.886,24. Cabe ressaltar, no entanto, que a remuneração dos(as) professores(as) no país é atualmente cerca de 30% mais baixa do que a remuneração média recebida pelos(as) demais profissionais com formação universitária (OLIVEIRA, 2021) e que o custo de vida no município de São Paulo é o mais elevado do país (EXPATISTAN, 2021) (MERCER, 2021). A busca por melhores salários faz com que muitos(as) professores(as) da Rede Municipal de Educação de São Paulo (RME-SP) recorram ao acúmulo de cargos, quer seja com outro cargo na rede municipal ou na rede estadual ou ainda na rede privada, assumindo assim jornadas superiores a 60h/a



semanais. A lei municipal nº 14.660/2007 permite que um docente tenha jornada de até 70h semanais, assim como o acúmulo de uma função gestora como direção ou coordenação pedagógica (40 h) com a função docente (30h/a) (SÃO PAULO, 2007).

O montante gasto com a educação básica no município, também vai muito além dos valores mínimos e mesmo das médias nacionais, sendo de R\$13.894,82 o investimento anual por aluno da educação básica, estabelecidos pelo governo federal, em 2019 (FNDE, 2021). O valor é superior inclusive às estimativas relacionadas ao Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) (SIMCAQ, 2020), o dispositivo presente na Emenda Constitucional 108/2020, que instituiu o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com o objetivo de mensurar o montante de recursos necessários à melhoria da qualidade da educação brasileira. Também aqui cabe a ressalva em relação ao custo de vida elevado no município de São Paulo.

Apesar do investimento relativamente alto, a questão da violência nas escolas é pauta constante nas reivindicações dos Sindicatos dos Profissionais de Educação, assim como o elevado número de alunos nas salas de aula. Cabe destacar que as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) atendem até 35 crianças por turma na faixa etária de quatro a cinco anos, com apenas uma professora responsável e sem auxiliar. Esta relação está muito acima da média nacional na esfera municipal, que é de 21 alunos por adulto, considerada boa pelo PNE/2001 (BRASIL, 2001), assim como do limite de 25 alunos por turma, recomendado atualmente pelo próprio Ministério da Educação (MEC, 2020).

A escolas de São Paulo não escapam a um fenômeno mundialmente conhecido: o adoecimento e afastamento de professores(as), quer seja por meio de licenças médicas ou das readaptações funcionais temporárias e definitivas. Evidentemente, esses afastamentos tendem a acarretar muitos transtornos ao cotidiano escolar, prejudicando as atividades educativas e sobrecarregando os(as) demais profissionais das unidades, favorecendo novos adoecimentos, em um aparente círculo vicioso.



Diante desta realidade e com o objetivo de analisar os fatores intervenientes já identificados sobre “Saúde e Adoecimento Docente”, foram feitos levantamentos sobre o tema em produção bibliográfica e nos canais eletrônicos da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Os resultados, com destaque para um relatório sobre o Absenteísmo Docente realizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC) com financiamento da SME-SP em pareceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), serão apresentados a seguir.

1. O Adoecimento Docente

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença e enfermidade” (OMS, 1946).

De acordo com Andrade (2007), o debate sobre o mal-estar docente inicia-se na Europa entre as décadas de 1970 e 1980, com a constatação da chamada deserção docente. Ainda em 1983, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) constatou que os(as) professores(as) representavam a segunda categoria entre as vítimas de doenças ocupacionais.

Esteve (1999) atribui o mal-estar às modificações no papel do(a) professor(a), escassez de recursos, falta de apoio social, limitações institucionais, aumento da violência nas escolas e esgotamento docente, a chamada Síndrome de *Burnout*. O termo *burnout* pode ser traduzido como ‘perder o fogo’ ‘perder a energia’ ou “queimar para fora” (numa tradução mais direta). Refere-se a uma síndrome caracterizada por stress excessivo e prolongado, através da qual o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho.

Maslach e Jackson (1981) definem o *burnout* como uma reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos, particularmente quando estes estão preocupados ou apresentam problemas. O(a) trabalhador(a) se envolve afetivamente com aqueles(as) a quem atende, se desgasta e, num extremo, entra em *burnout*.



Segundo Codo e Vasquez-Menezes (2000), a síndrome é caracterizada por três componentes: exaustão emocional, despersonalização e falta de envolvimento pessoal no trabalho. Segundo esses autores, estudar o adoecimento da(o) professor(a) requer pensar sobre a objetividade e a subjetividade intrínsecas ao trabalho docente.

Manfré (2014), após analisar 21 teses e dissertações produzidas entre 2001 e 2010 que tinham como temática o mal-estar docente, destaca que refletir criticamente sobre o próprio mal-estar é uma possibilidade de real experiência para o(a) educador(a). Mais do que procurar formas de prevenir ou curar o mal-estar do(a) professor(a) transformando-o em bem-estar, seria importante refletir a partir dele e do que acontece na escola e fora dela, como parte de um processo real de esclarecimento e formação, podendo contribuir à sua subjetivação para além da racionalidade tecnológica.

A partir de levantamento de teses e dissertação posteriores a 2010, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), segundo a palavra-chave “adoecimento docente”, foram encontradas 16 pesquisas relacionadas a questões ligadas ao adoecimento docente na educação básica. Quando realizada na plataforma Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES), a pesquisa gera outros 14 resultados. Grande parte dos objetos de estudo está relacionada ao adoecimento e mal-estar docente, à Síndrome de *Burnout* e suas relações com as condições de trabalho, trabalhos de Bordalo (2014), Carvalho (2014), Mendes (2015), Ozólio (2015), Xavier (2015), Oliveira (2016), Santos M. (2016), Corcher (2017), Groba (2018), Tupinamba (2018), Frota (2019) e Zafalao (2019). Destacam fatores como o acúmulo de funções da escola e do(a) professor(a) a partir do domínio da visão neoliberal nas políticas educacionais e/ou a contextos de violência, utilizando metodologias como entrevistas, questionários, estudos de casos e/ou de documentações quantitativas.

Há pesquisas exclusivamente dedicadas à revisão bibliográfica do assunto Couto (2018) e Sacco (2017), que se dedicam a estudar historicamente, sob referencial freudiano o que chamam de “Renúncia ao Professor”. Neris (2018) dedica-se a analisar a questão de professores readaptados buscando tanto as causas dessa readaptação como



os efeitos para esses indivíduos e para a rede de educação em que estão inseridos. Há pesquisas que se dedicam a olhar o impacto de certas políticas e/ou reformas educacionais para a saúde do(a) professor(a), como Cabral (2014) que analisa o impacto da disseminação dos grupos escolares para a saúde dos professores no início do século XX e Reis (2017) que analisa o impacto das Políticas Educacionais Mineiras entre 2003 e 2014, o que representa um “Choque de gestão”.

Estão presentes também pesquisas dedicadas a estratégias de resistência ao adoecimento, como Marcelino (2011), que propõe a produção de narrativas pelos docentes, Gouvea (2015), que analisa as lutas sindicais ligadas ao direito à saúde docente e Fernandes (2015) que estuda a potencialidade do processo grupal. Há ainda pesquisas ligadas a questões específicas da área da psicologia e da saúde, como Lima (2015), que trata dos procedimentos de escrita docente e Gomes (2019), que analisa a recusa de redes de educação em admitir professores obesos e Silva (2017), que estuda a medicalização e a Síndrome de *Burnout*.

2. Adoecimento docente na Rede Municipal de Educação de São Paulo

Uma busca no portal da BDTD com a palavra-chave “saúde professores rede municipal de São Paulo” gerou 95 resultados enquanto outra a partir de “adoecimento professores rede municipal de São Paulo” gerou 10 resultados. Destaca-se a seguir trabalhos apresentados nestas buscas e em buscas anteriores, cuja relação com essa pesquisa é evidente.

Em sua tese defendida na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSS-USP), Santos(2005) analisa as readaptações e entrevista professores(as) readaptados(as) e conclui que o sofrimento dos mesmos está relacionado com a frustração das necessidades humanas e à falta de realização no trabalho, advinda de situações como classes numerosas, jornadas extenuantes, desvalorização do magistério, excesso de responsabilidades transferidas à escola, conflitos internos a partir da dificuldade de fazer com que o aluno aprenda. A pesquisa conclui que a exposição

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

continua a essas experiências faz com que o tempo de magistério esteja ligado ao desgaste das capacidades vitais dos(as) professores(as).

Macaia (2014), que em sua tese defendida na FSS-USP faz uma análise sobre o processo de afastamento de docentes por transtornos mentais e comportamentais, o retorno ao trabalho na RME-SP e o processo de readaptação às escolas, concluindo que um projeto multi-institucional deve integrar ações de prevenção ao adoecimento mental e afastamentos e promoção à saúde garantido tanto vigilância em saúde como capacitações ligadas ao processo de readaptação.

Silva (2018), em outra tese defendida na FSS-USP estuda, a partir de pesquisa em escolas municipais e estaduais de São Paulo, o impacto da modificação do trabalho e consequente invasão do trabalho aos espaços e tempos da vida pessoal, gerando sofrimento, precarização e adoecimento.

Alves (2016), em dissertação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), analisa as correlações entre as condições ambientais de São Paulo e as enfermidades que geraram afastamento de professores(as) na RME-SP, entre os anos de 2006 e 2012, utilizando como fatores sexo, idade, tempo de exercício no magistério municipal, localização das escolas e patologias. A autora conclui que as condições ambientais da cidade e as condições de trabalho merecem atenção quanto às possíveis correlações com o desenvolvimento de patologias por docentes, muitas vezes submetidos(as) ao trânsito de uma escola para outra no meio do dia, por vezes sem horário adequado para refeição e cuidado pessoal e sob o estresse da possibilidade de atraso, assim como por profissionais de outras categorias também submetidas a esses fatores. Os resultados sugerem que ao longo dos anos, com a exposição constante, cresce o risco de adoecimento.

Em sua dissertação de mestrado em fonoaudiologia, pela PUC-SP, Peruchi (2017) analisa as condições de trabalho docente na perspectiva dos professores, a partir de material elaborado por eles(as) em um curso EAD, chamado “Promovendo o Bem-Estar Vocal do Professor”, realizado pela PUC-SP em parceria com a SME-SP. Os fatores ambientais mais levantados foram: ruído, temperatura e limpeza inadequados. Quanto



à organização do trabalho destacaram-se a falta de comprometimento e situação de violência.

A partir de dados obtidos pelo Portal da Transparência, o jornalista William Germano, em reportagem publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, concluiu que a RME-SP teve em média 62 afastamentos devido a transtornos mentais por dia, totalizando aproximadamente 22 mil afastamentos durante o ano de 2018, superando tanto em números absolutos quanto proporcionais à quantidade de servidores, os números do mesmo tipo de afastamento dos profissionais da Segurança Urbana e Saúde (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). A resposta oficial da PMSP afirmava que a Secretaria de Gestão havia constituído um grupo de trabalho intersecretarial para discutir causas e soluções para a diminuição dos afastamentos. Afirmava ainda que a gestão entendia a natureza do trabalho docente e seus desafios e, em decorrência disso, a Coordenação de Gestão de Saúde do Servidor (COGESS) fazia encontros com diretores de escola, programas de promoção à saúde e de orientação aos readaptados.

Ao consultar o portal da COGESS, encontram-se dois programas voltados à prevenção do adoecimento dos(as) servidores(as) municipais: “Programa de promoção à saúde com práticas integrativas e complementares – PROSPIC” e “Saúde Vocal”. O primeiro consiste atualmente na promoção da prática de Lian Gong⁴ em algumas unidades das secretarias de Educação e Guarda Civil Militar, atingindo em 2018, cerca de 800 servidores(as). O segundo programa é especificamente voltado a educadores(as) e se propõe a dar formação aos(as) professores(as) sobre saúde vocal e também provocar reflexão e controle sobre fatores ambientais que podem trazer risco. As ações do referido programa consistem em curso *on-line* de dois meses de duração e palestras sobre Saúde Vocal nas escolas, conforme solicitação. O portal também apresenta dados epidemiológicos relacionados à saúde do(a) servidor(a), porém não há divisão por categoria (COGESS, 2020).

⁴ Prática chinesa de exercícios destinados a aliviar dores, estresse, melhorar o humor, a disposição, dentre outros.



Não foi encontrado inicialmente, no portal da SME ou da COGESS, nenhum estudo específico da PMSP que levantasse dados sobre o adoecimento e/ou afastamento docente do trabalho, tampouco sobre as relações entre as condições de trabalho e o adoecimento.

Inicialmente, a presente pesquisa intencionava levantar os dados ligados ao adoecimento docente na RME-SP através da análise dos registros de licenças médicas e readaptações durante os anos de 2016 a 2019. Para tanto, foi feita uma solicitação para SME no dia 19 de abril de 2020, no Portal de Transparência através do Sistema Eletrônico de Informações (e-SIC) de dados detalhados, porém anônimos, acerca das licenças e readaptações de professoras no período compreendido entre 2016 e 2019. Essa solicitação não foi atendida no prazo e passou automaticamente para a segunda instância, com prazo de resposta até 30 de junho de 2020. A resposta só foi recebida em 12 de maio de 2021, quase um ano depois, apenas com quantitativos de readaptações temporárias e definitivas ano a ano e a indicação de que os demais dados requisitados seriam de responsabilidade da Secretaria Executiva de Gestão. Diante da ausência de resposta, foi feita uma segunda solicitação de devolutiva referente ao primeiro pedido, que retornou em 14 de setembro de 2020 informando prorrogação do prazo e finalizando a solicitação no mesmo dia.

Entre as duas solicitações, foi registrada ainda uma reclamação na Ouvidoria do Município e a resposta informou que a segunda solicitação estava dentro do prazo. Tentou-se então solicitar dados junto à Diretoria Regional de Educação da Penha. A Diretora Regional remeteu o pedido à SME e por fim negou a solicitação, justificando negativa de autorização pela SME de fornecer os dados requeridos. No dia 29 de outubro de 2020, foi feita a solicitação dos dados à Secretaria Municipal de Gestão, com a ressalva de que se não fosse possível obter o nível de detalhamento inicialmente requerido, dados mais gerais também seriam bem-vindos. Desta vez a resposta negativa foi dada um mês depois, com a justificativa de que a ferramenta de extração de dados disponível não permite a obtenção da informação e o acionamento da Empresa de Tecnologia de Informação e Comunicação do Município – PRODAM, geraria custos ao município. No



entanto, Alves (2016) obteve, para a sua pesquisa de mestrado, através de carta encaminhada ao Departamento de Saúde do Servidor (DSS) responsável à época pela gerência das informações, os dados de 1999 a 2012 extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas e Competências (SIGPEC) mediante o compromisso do envio posterior dos resultados da pesquisa.

A partir da divulgação de evento da Escola do Parlamento, realizado de forma *on-line* em 21 de outubro de 2020, tomou-se conhecimento do estudo de autoria da FCC encomendado pela SME-SP, em parceria com a UNESCO, que trata do levantamento e estudo de dados do absenteísmo docente, revelando números preocupantes sobre licenças médicas (ESCOLA DO PARLAMENTO, 2020). O relatório completo da pesquisa possui 338 páginas e está disponível para leitura e download no portal da SME através da área “pátio digital”, embora não seja tarefa fácil encontrá-lo (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020).

A leitura do relatório final, produzido em julho de 2020 pela FCC, financiado pela SME-SP em parceria com a UNESCO, trouxe muitos dados a que a presente pesquisa não teve acesso inicialmente e possibilitou muitas observações e extrapolações.

A pesquisa da FCC recaiu sobre os anos de 2018 e 2019 em várias frentes: levantamento bibliográfico; pesquisa quantitativa envolvendo análise de dados de 2008 a 2019, já levantados anteriormente pelo Centro de Informações Educacionais (CIEDU) – SME; dados obtidos dos sistemas de controle de frequência da PMSP; e pesquisa qualitativa *in loco* em escolas selecionadas por estarem entre aquelas que têm mais altos ou mais baixos índices de ausências, com aplicação de questionários a professores(as) e gestores(as) e entrevistas com gestores(as) e professores(as) considerados(as) assíduos(as), direcionados a obter informações sobre o “clima escolar” e os impactos das ausências.

Logo na Introdução do documento, chama atenção a seguinte afirmação:

Na Educação, a ausência dos funcionários ainda é um campo a ser explorado. Parte dos estudos consultados que se referem ao



absenteísmo docente na rede municipal de São Paulo possui caráter exploratório, dada a existência de poucos estudos sobre o tema e a falta de acesso a dados sobre as ausências de professores (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020, p.15).

Há no relatório uma nota de rodapé relacionada que explica que a SME se mostrou disposta a fornecer os dados aos pesquisadores, porém, encontram-se em diferentes bases de dados dos sistemas administrativos e é preciso solicitar autorizações de instâncias superiores. Ao longo do relatório é explicitado a enorme dificuldade de tabulação de dados de bases distintas, que utilizam muitas vezes nomenclaturas distintas em referência a um mesmo evento ou cargo e também trazem dados repetidos. Ao mesmo tempo em que esta informação condiz com a recebida por esta pesquisa às solicitações realizadas à SME e Coordenadoria de Gestão durante o ano de 2020, por outro lado, ao longo do relatório fica evidente a existência de levantamentos anteriores de afastamentos e licenças produzidos pelo Centro de Informações Educacionais (CIEDU) – SME que poderiam ter sido disponibilizados.

A falta de transparência e dificuldade de acesso aos dados, constatada na pesquisa realizada pela FCC, também é reconhecida em outras instâncias. O Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público do Município de São Paulo (SINESP), ante a dificuldade de conseguir dados necessários aos encaminhamentos e formações sindicais e trabalhistas oferecidos aos quadros gestores das unidades educacionais, desde 2007 passou a produzir seus próprios dados disponibilizados todos os anos por meio de um documento denominado Retratos da Rede. A coleta dos dados é realizada anualmente junto aos gestores e são analisadas as seguintes dimensões: gestão de pessoas, apoio técnico da SME, capacitação, ambiente físico e equipamentos, saúde e violência. De posse das informações, o SINESP e o Instituto Cultiva⁵ criaram o ISEM (Índice SINESP da Educação Municipal de SP) medido em uma escala de 0 a 1, em que

⁵ O Instituto Cultiva é uma ONG fundada em 2002, e segundo seu sítio, “tem foco na educação para a cidadania e participação social”. Sua diretoria é composta por: Rudá Ricci, Franciele Alves, Eduardo Brasileiro e Fernanda Ricci. Informações disponíveis em: <https://institutocultiva.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 15/06/2021.



valores mais próximos a 1 expressam melhor avaliação da educação paulistana. Observou-se na série histórica de 2013 a 2020 que os piores índices estão relacionados às dimensões gestão de pessoas e saúde, com valores ISEM inferiores a 0,25 (SINESP, 2019).

A ausência de transparência nos dados foi motivo de moção de repúdio publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no dia 24 de março de 2021 ante a não divulgação dos índices de contaminação por COVID-19 de profissionais da educação, alunos e prestadores de serviços das unidades escolares da RME-SP. Dentre as considerações para a moção, consta “o direito constitucional de todo cidadão brasileiro receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou coletivo”. (SÃO PAULO, 2021) e pede que o prefeito e o secretário da educação sejam notificados pela Câmara Municipal de São Paulo.

O portal Pátio Digital da RME-SP apresenta-se como iniciativa da SME para fortalecimento da transparência, por meio dos dados abertos, colaboração governo-sociedade e inovação tecnológica. Lá, encontra-se o Banco de Desafios que se apresenta como um levantamento de questões identificadas na RME-SP, passíveis de investigação e pesquisa. Este banco, dentre outras coisas, refere-se à evasão e absenteísmo docente e não consta nenhuma vez a expressão adoecimento ou quaisquer questionamentos referentes à saúde das(os) trabalhadoras(es) da educação, o que corrobora com esta pesquisa sobre o uso da expressão que culpabiliza as(os) trabalhadoras(os) mas não considera as condições de trabalho e os possíveis focos para o adoecimento da categoria.

A opção do estudo pelo *Absenteísmo* docente pela SME, considerando tanto faltas como licenças, revela a visão de que os(as) professores(as) se abstêm de ir ao trabalho, responsabilizando-os(as) pelas ausências. Essa escolha levou os(as) pesquisadores(as) da FCC a buscar por este termo ao realizarem o levantamento bibliográfico:

Mediante levantamento bibliográfico realizado na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes) – e também no Google Acadêmico –, constatou-se que a maior parte da produção acadêmica

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

existente sobre o tema do absenteísmo pertence à área da Saúde, particularmente à Enfermagem. São trabalhos que tratam do absenteísmo principalmente de enfermeiros e técnicos dessa área (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020, p.17).

A existência de grande número de trabalhos relacionados ao *Absenteísmo* na enfermagem, categoria também majoritariamente feminina e na qual a falta do profissional acarreta prejuízo imediato aos pacientes e equipe com reduzidas possibilidades de flexibilização de horários - o que difere inclusive da classe médica -, permite a reflexão sobre os pontos em comum entre a enfermagem e a docência, e o que esse *absenteísmo* pode indicar. Questões relacionadas ao gênero e à maternidade certamente mereceriam estudos específicos neste caso, assim como outros considerando a Síndrome de *Burnout*, mas essa informação também contribui para a formulação de hipótese de que as faltas de professores(as) podem não ser necessariamente mais numerosas do que as dos(as) demais servidores(as) e funcionários(as). Como a falta de um(a) docente tem reflexo imediato na turma em que é esperado(a), não há espaço para acordos internos de compensação de ausências, como ocorre na maioria das outras profissões, inclusive em outras funções dentro da escola. O que se está levantando aqui é a possibilidade de o mesmo *absenteísmo* presente na enfermagem e no magistério existir em maior ou menor grau em diversas outras categorias dentro e fora de escolas e hospitais, apesar de não ser visível, porque os casos são resolvidos informalmente com trocas e compensações de horários. Talvez professores(as) e enfermeiras(as) façam mais falta...

A revisão bibliográfica realizada pela pesquisa da FCC, revela importantes resultados:

Em uma revisão integrativa recente (SANTI; BARBIERI; CHEADE, 2018), realizada nas bases de dados eletrônicas Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e SciELO, foi estudado o absenteísmo-doença no serviço público brasileiro para verificar como, em pesquisas nacionais, esse fenômeno se configurava e quais eram as estratégias propostas para prevenir o adoecimento e a promover a reabilitação do servidor público. Nos oito artigos selecionados, observou-se o predomínio de Doenças Osteomusculares (DOM) e

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) em várias áreas, inclusive entre os servidores da Saúde e da Educação. Os faltosos eram, predominantemente, pessoas do sexo feminino com mais de 40 anos de idade, e o tempo de duração de suas licenças aumentava proporcionalmente ao tempo de carreira (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020, p. 21-22).

Mais adiante no referido relatório encontram-se quadros de dados anteriormente compilados pelo CIEDU-SME acerca dos diversos tipos de ausências docentes entre 2009 e 2019. Uma informação considerada especialmente relevante é o fato de as licenças por acidente de trabalho serem evidentemente mais significativas entre os(as) professores(as) no cargo “Professor de Educação Infantil” (de 9,9% a 20,9% dos dias de ausência por ano) do que entre os(as) professores(as) no cargo “Professor de Ensino Fundamental II e Ensino Médio” (de 5,9% a 8,8% das ausências anuais), ficando os(as) professores(as) no cargo “Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I” em patamar intermediário (de 8,7% a 14,6% dos dias de ausência por ano), o que pode sugerir uma maior exposição de docentes da Educação Infantil a riscos de acidentes e doenças diretamente ligadas ao trabalho.

É possível verificar que a maior parte das ausências, no ano de 2013, varia de 51,2% entre docentes no cargo “Professor de Ensino Fundamental II e Ensino Médio” (docentes especialistas) a 69,8% entre docentes no cargo “Professor de Educação Infantil” (docentes generalistas que atuam no Centros de Educação Infantil principalmente com crianças de 0 a 3 anos), e são dias de licenças médicas, decorrentes de adoecimento. Nesta conta estão somadas as licenças por acidentes de trabalho, licenças concedidas pelas chefias a partir de requisição médicas e licenças periciais (aquelas avaliadas e concedidas pela COGESS), não estando incluídas as licenças gestante e licenças para tratamento de saúde de familiares.

O relatório categoriza as ausências em “com” ou “sem” perda salarial, colocando em segundo plano a questão do adoecimento docente, revelado pelos números como responsável pela maior parte dos dias de ausência, ainda que não se considere a



possibilidade de grande parte das faltas também estarem relacionadas a dias de enfermidade e/ou mal-estar em que se opta por repousar sem procurar um médico.

Ao revelar como fatores importantes para “faltar mais”, a condição de ser integrante do sexo feminino, ter menos de 45 anos, acumular cargos e não ter cargos sobrepostos, a pesquisa possivelmente revela a fragilidade da saúde assim como condições de vida e trabalho da professora. Esse resultado merece uma investigação mais específica das possíveis implicações nele contidas, como a maternidade e tempo de sala de aula.

Optou-se na pesquisa da FCC por entrevistar em cada escola um(a) professor(a) considerado(a) assíduo(a), além de coordenadores pedagógicos, o que pode facilitar a percepção dos impactos das ausências dos(as) colegas no cotidiano escolar, que são muitos. Destacam-se entre os relatos desde a descontinuidade do trabalho pedagógico, a resistência das crianças pequenas a permanecerem com outros(as) professores(as), a sobrecarga para os(as) gestores(as), demais professores(as), funcionários(as) da escola até a necessidade de mudanças em horários de alimentação e limpeza. Por outro lado, a escolha de ouvir somente o(a) professor(a) assíduo(a) compromete o entendimento dos motivos das ausências. No entanto, é importante apontar que o critério de “assiduidade” utilizado pelos(as) gestores(as) que indicaram os(as) professores(as) a serem entrevistados possivelmente não é o mesmo utilizado no próprio relatório.

Embora o processo de escolha das escolas aponte claramente que um maior grau de complexidade de gestão da escola está relacionado a um maior número de ausências, a conclusão do estudo não inclui proposições de mudanças nas estruturas das escolas a fim de reduzir a complexidade da gestão.

Considerações Finais

O fenômeno do adoecimento docente está evidentemente presente no cotidiano das escolas do município de São Paulo estabelecendo desafios cada vez maiores aos(as) gestores(as) e interferindo nas condições de trabalho de todos(as) no ambiente escolar,



assim como prejudicando o processo educativo. Sabe-se que este fenômeno é complexo envolvendo aspectos ambientais, condições objetivas e subjetivas relacionadas inclusive com a frustração e resistência dos(as) profissionais perante a pressão das demandas da sociedade por produtividade e resultados.

Considera-se que a amplitude e relevância da questão mereceria a atenção contínua da SME-SP, no sentido de tornar os dados cada vez mais transparentes e em contínua coleta, análise e revisão, orientando inclusive reformas e adequações físicas, redução do número de crianças por sala de aula em consonâncias com as orientações internacionais, intervenções no funcionamento das escolas e na carreira dos(as) professores(as). Porém, os dados e análises, que já foram mais frequentes e disponíveis, são atualmente escassos ou estão indisponíveis para a sociedade em geral.

A flagrante indisponibilidade dos dados sobre o adoecimento docente, assim como a inexistência de estratégias amplas de prevenção ou mesmo do cálculo dos seus impactos revelam muito sobre o tratamento precário recebido atualmente pelos(as) professores(as) do município de São Paulo. O financiamento de uma pesquisa direcionada à investigação do “absenteísmo” em detrimento do “adoecimento”, realizada por instituição externa à gestão pública e portanto por pesquisadores(as) com conhecimento limitado sobre o histórico de funcionamento e gestão dos recursos humanos da RME_SP, é mais uma evidência da estratégia atual da SME-SP de negação do problema perante a sociedade, procurando culpabilizar os(as) professores(as) por um fenômeno do qual são as principais, mas não únicas, vítimas.

Referências

ALVES, Izabel de Lima. **A saúde do professor da rede municipal de São Paulo: trabalho e meio ambiente**. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ANDRADE, Maria José Silva.. **Saúde, professor/a!:** do perfil do adoecimento docente à prática pedagógica. 2007. 223p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 01/12/2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei 10.172, de 9 de janeiro 2001.



CABRAL, Talitha Estevam Moreira. **O processo de adoecimento do magistério público primário no início do século XX: indícios do mal estar docente nos grupos escolares mineiros (1906-1930).** 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 28/05/2014.

CARVALHO, Ana Carolina da Costa. **Trabalho docente a adoecimento de professores do ensino fundamental em um município da zona da mata mineira.** 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 24/09/2014.

CAMARGO, Rubens Barbosa de. MINHOTO, Maria Angélica Pedra. JACOMINI, Márcia Aparecida. **Carreira e remuneração do magistério no município de São Paulo: análise legislativa em perspectiva histórica.** In: *Educação & Sociedade* 35, nº 126 (março de 2014): 215–35.

COROCHER, Maisa da Silva. **Programa de Acompanhamento psicossocial dos Servidores da Educação (PAPSE) da SEDUC/AM: os desafios acerca do adoecimento docente.** 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 21/12/2017.

COUTO, Andrea lobato. **Adoecimento de docentes na educação básica: uma revisão sistemática da literatura.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 31/01/2018.

DIAS, Cristina Damm Forattini. **Estranhamento como nexos causal do adoecimento docente na Universidade Federal de Uberlândia.** 2017. 172 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 14/12/2017.

ESCOLA DO PARLAMENTO. **Seminários Educação em Pesquisa.** Disponível em: <https://www.facebook.com/eparlamento/videos>. Acesso em: 21 de out. 2020.
ESTEVE, José M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.** Trad. Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

EXPATINTAN. **Classificação do custo de vida em Brasil.** Disponível em: <https://www.expatistan.com/pt/custo-de-vida/pais/brasil>. Acesso em: 12 de mai. 2021.

FNDE. Siope. Relatórios municipais. Indicadores. SP/São Paulo. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/indicadoresFinanceirosEEducacionais.do>. Acesso em 23 de mai. 2021.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

FERNANDES, Luciete Valota. **O processo grupal como resistência ao sofrimento e ao adoecimento docente**: um estudo à luz da perspectiva histórico-dialética. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FROTA, Dlane Lima. **Saúde do professor: um estudo sobre o adoecimento no trabalho a partir do olhar docente**. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 24/06/2019.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Absenteísmos na rede municipal de São Paulo: características abrangência e do fenômeno**. Julho de 2020. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/programa-de-cooperacao-em-pesquisa/>. Acesso em 29 de abr. 2021.

GERMANO, Willian. **Educação tem 62 afastamentos por transtornos mentais ao dia**. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 de junho de 2019. São Paulo Agora. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/06/educacao-tem-62-afastamentos-por-transtorno-mental-ao-dia.shtml#:~:text=Estresse%2C%20depress%C3%A3o%2C%20ansiedade%20e%20s%C3%ADndrome,Lei%20de%20Acesso%20%C3%A0%20Informa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 de out. 2020.

GOMES, Heloisa Silva de Oliveira. **Vale o Quanto Pesa? A Biopolítica na Seleção de Professor da Rede Pública**. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 03/07/2019.

GOUVEA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. **Saúde como Direito Social na pauta Sindical de Professores da Rede Básica de Ensino**. 2015. 344 f. Tese (Doutorado em Políticas públicas e Formação Humana). Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 14/09/2015.

GROBA, Leandro Santos. **Pesquisa-ação no espaço escolar: o que é ser professor(a) de uma escola municipal dentro de uma comunidade do Rio de Janeiro?** 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 10/01/2018.

IBGE. **Censo Escolar – Sinopse**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/13/5913?tipo=ranking&indicador=5934>. Acesso em 31 de mai. 2021.

LIMA, Marcia leão de. **Biografemática e Esquizoanálise**: procedimentos de escrita de uma vida docente. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Pelotas, 27/02/2015.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

MACAIA, Amanda Aparecida Silva. **Excluídos no trabalho? Análise sobre o processo de afastamento por transtornos mentais e comportamentais e retorno ao trabalho de professores da rede pública municipal de São Paulo.** 2013. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MANFRÉ, Ademir H. **O mal-estar docente e os limites da experiência no tempo presente: uma leitura frankfurtiana.** 2014. Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, Presidente Prudente. 2014.

MARCELINO, Ana Lucia Gonçalves. **Adoecimento docente: narrativas do trabalho em busca do “que viver”.** 2011. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade federal do Rio Grande do Sul, PORTO ALEGRE, 01/09/2011.

MASLACH, Christina. JACKSON, Suzan. **The Measurement of Experienced Burnout.** Journal of Occupational Behavior, 1981.

MEC. **O que verificar em relação à educação de sua criança se ela frequenta uma creche ou pré-escola.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dia-a-dia-do-seu-filho/educacao-infantil>. Acesso em 25 de ago. 2020.

MENDES, Maria Luiza Maciel. **Tradução do fracasso: Burnout em professores do Recife.** 2015. 139 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade federal de Pernambuco, Recife, 24/07/2015.

MENEZES, Dielle. **Mec divulga reajuste do piso salarial de professores da Educação Básica para 2020.** Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/84481-mec-divulga-reajuste-do-piso-salarial-de-professores-da-educacao-basica-para-2020>. Acesso em: 23 de mai. 2021.

NERIS, Marco Antonio da Luz. **Representações sociais da identidade de docente readaptado no magistério do Distrito Federal.** 2018. 133 f. Tese (Doutorado em Psicologia), universidade Católica de Brasília, Brasília, 06/07/2018.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **“Professor, você trabalha ou só dá aula?”: O fazer-se docente entre História, Trabalho e Precarização na SEE_SP.** 2016. 266f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 26/04/2016.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Constituição da Organização Mundial da Saúde.** Adotada pela Conferência Internacional de Saúde, realizada em Nova Iorque de 19 a 22 de julho de 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o->



Mundial-da-Sa%C3%BAdede/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html. Acesso em 23 mai. 2021.

OZOLIO, Leandro Fernando Andrade. **Adoecimento funcional docente na rede municipal de educação de Belo Horizonte: estudo de caso da regional Pampulha**. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 26/08/2015.

PERUCHI, Viviani Souza. **Condições de trabalho docente na perspectiva de professores do Município de São Paulo**. 2017. 65 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

REIS, Juliana Christina de Souza. **Impactos das políticas públicas educacionais mineiras, no período de 2003 a 2014, sobre a saúde do professor da rede estadual de Uberaba**. 2017. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 23/02/2017.

SACCO, Ricardo Dias. **Para uma Etiologia da Renúncia ao Professor: alguns apanhados da Corte ao Neoliberalismo no Brasil**. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Maria Lucivania Souza dos. **Políticas de avaliação educacional no estado de Pernambuco: contra números, há argumentos!** 2016. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 31/03/2016.

SANTOS, Neide Sant'Anna Moura dos. 2005. **Quando os dados oficiais revelam condições de trabalho: análise dos agravos à saúde de professores das escolas públicas do Município de São Paulo**. Tese (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SÃO PAULO (SP). Diário oficial do município de São Paulo. Edição de 24 de março de 2021, página, 66. <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br>. – acesso em 06 jun 2021.

SÃO PAULO (SP). Pátio Digital. <http://patiodigital.prefeitura.sp.gov.br/cooperacao/> - acesso em 06 jun 2021.

SÃO PAULO (SP). Secretaria do Governo Municipal. **Lei Nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007**.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Educação em Números. Disponível em:



<http://eolgerenciamento.prefeitura.sp.gov.br/frmgerencial/NumerosCoordenadoria.aspx?Cod=000000>. Acesso em: 23 mai. 2021.

SILVA, Jefferson Peixoto da Silva. **Quando o trabalho invade a vida:** um estudo sobre a relação trabalho, vida pessoal cotidiana e saúde de professores do ensino regular e integral de São Paulo. 2018. 522 f. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Saúde Pública: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Livia Machado da. **Medicalização e síndrome de Burnout:** um olhar sobre o adoecimento docente. 2017. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 12/07/2017.

SINESP. **Retratos da Rede.** Jornalista responsável José Bergamini. Edição nº11/2019. São Paulo, SINESP, 2019. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/quem-somos/publicacoes/category/4-retratos-da-rede> - acesso em 07 jun 2021.

TUPINAMBA, Maria Rita Britto. **Os sentidos produzidos nas práticas dos professores na escola pública – Montes Claros – MG.** 2018 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Universidade estadual de Montes Claros, Montes Claros. 11/07/2018.

XAVIER, Adão Aparecido. **Violência estrutural no trabalho docente.** 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Teoria e Prática de Ensino Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ZAFALAO, João Luis Dias. **Professoras e professores:** políticas públicas de trabalho e emprego no estado de São Paulo (2007- 2018) e seus reflexos no adoecimento. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

*Recebido em Junho de 2021
Aprovado em Agosto de 2021
Publicado em Outubro de 2021*

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 15

e81641

14 de outubro de 2021



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

INDEXAÇÃO:

BASE DE DADOS
Sumário.Org
Google Scholar
BASE
Dimensions
Miar

DIRETÓRIOS
Diadorim
DOAJ
Erih Plus
Latindex
EZB
ROAD
Journal 4-free

ÍNDICES
Index Copernicus
Cite Factor

PORTAIS
LiVre
Capes
Science Open
World Wide Science

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 15, e81641 – Outubro de 2021

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Daniela de Oliveira Pires (UFPR)

Conselho Editorial:

Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR-Brasil), Ana Lorena de Oliveira Bruel (UFPR-Brasil), Andréa Barbosa Gouveia (UFPR - Brasil), Angela Maria Martins (FCC, Brasil), Angelo Ricardo de Souza (UFPR-Brasil), Antonia Almeida Silva (UEFS, Brasil), Cassia Alessandra Domiciano (UFPR-Brasil), Cesar Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Claudia Regina Baukat Silveira Moreira (UFPR-Brasil), Cristiane Machado (Unicamp- Brasil), Elton Luiz Nardi (UNOESC, Brasil), Fernanda Saforcada (Universidad de Buenos Aires - UBA - Argentina), Isaac Paxé (Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED- Luanda, Angola), Gabriela Schneider (UFPR-Brasil), Gladys Beatriz Barreyro (USP - Brasil), Gilda Cardoso Araújo (UFES - Brasil), Gustavo Enrique Fischman (Arizona State University - USA), Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE, Brasil), Jefferson Mainardes (UEPG - Brasil), João Ferreira de Oliveira (UFG - Brasil), Jorge Alarcon Leiva (Universidad de Talca - Chile), Jorge Manuel Gorostiaga (UNSAM - Argentina), Juca Gil (UFRGS - Brasil), Luciana Rosa Marques (UFPE, Brasil), Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (UFPR-Brasil), Marcia Aparecida Jacomini (Unifesp-Brasil), Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (UFMS, Brasil), Natalia Oliveira Woolley (UCLA, USA), Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA - Brasil), Nicolás Bentancur, (Universidad de la República de Uruguay), Nora Krawczyk (Unicamp- Brasil), Pedro Flores-Crespo (UAQ, México) Rodrigo da Silva Pereira (UFBA, Brasil), Robert Verhine (UFBA - Brasil), Rosana Cruz (UFPI - Brasil), Rubens Barbosa Camargo (USP - Brasil), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca - Chile), Theresa Adrião (UNICAMP - Brasil), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS - Brasil).

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: Programa de apoio às publicações científicas periódicas da UFPR

Arte e diagramação: Tiago Tavares (tiagotav@gmail.com)

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais - NuPE/UFPR
Avenida Sete de Setembro, 2645
2º andar, Sala 213
80.230-010 - Curitiba - PR - Brasil
Tel.: 41-3535-6264
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>